

**“FEITIO DE PLENITUDE”: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA.** Vanessa Carneiro Bonina Lima Magri, Romualdo Dias – Sub-área – Educação – Departamento de Educação – Instituto de Biociências – Campus de Rio Claro.

A Escola Estadual Profa. Djiliah Camargo de Souza afirma em seu Plano de Gestão Escolar - 2004 /2007 – alguns lemas orientadores para o processo educacional com as seguintes expressões: “aprendendo a ser, aprendendo a fazer, aprendendo a conhecer e aprendendo a conviver. Neste último assim descreve:

“Encerra as demais aprendizagens, os esforços envidados desembocam numa convivência senão harmoniosa pelo menos pacífica, onde ética e sabedoria se cruzam para dar ao indivíduo um feitio de plenitude, respeitando e preservando a vida em todas as formas”<sup>1</sup>.

A expressão “feitio de plenitude” despertou em nós muitas inquietações e inspirou-nos para a realização de nossa pesquisa. Suspeitamos haver marcas de religiosidade nestas palavras e, por isso, estaremos analisando os possíveis sentidos a elas atribuídos. O apelo à “plenitude” foi tomado por nós como uma marca de deslocamento de sentidos operado no âmbito do processo educacional.

O Ensino Religioso, na Escola Estadual Profa. Djiliah Camargo de Souza, aborda o processo educacional enquanto campo de conhecimento e de formação cultural. De acordo com os documentos encontrados nesta escola, este tipo de ensino pretende assumir um caráter universal, uma vez que diz renegar qualquer tipo de proselitismo, propondo o respeito a todos os tipos de religião sem discriminação ou privilégio de nenhuma delas.

A escola estabelece uma diferença entre ensinar religião e ensinar sobre religiões. Longe de pretender indicar caminhos de salvação ou ensinar rituais religiosos, a proposta visa desenvolver, a capacidade de discussão, reflexão, debate e principalmente a tolerância do aluno, pretendendo também ampliar a visão histórica e social a respeito do tema. Portanto, o que se pretende é apresentar as religiões e não uma religião como parte indissociável da memória cultural e do desenvolvimento histórico de todas as sociedades.

Após apontarmos estes propósitos no documento oficial da instituição nós fomos a campo, nos envolvemos com o cotidiano escolar para realizar um intenso trabalho de observação empírica.

No Brasil, o patrimônio cultural do povo é amplo e muito variado em todas as suas diferentes regiões geográficas. O substrato religioso presente em tal patrimônio é dado significativo, de norte a sul do território. Não podemos negar o sincretismo religioso como marca de nossa cultura desde a colonização. O “fenômeno religioso” tem se destacado na atualidade e se constitui em um campo fértil de muitas pesquisas. Inserida neste contexto e detentora de quase 70% de adeptos da nossa população, a Igreja Católica ocupou uma posição de hegemonia compondo uma complexa rede de poder e atuando junto aos líderes políticos com a capacidade de exercer pressões sobre o Governo e impor á força ações que a beneficiem. Assim ocorreu na implantação do Ensino Religioso na Escola Pública, incluída na Constituição de 1988 por meio da Emenda Popular nº. 000004-1 e apresentada com 680000 assinaturas (segunda emenda com maior número de assinaturas apresentadas em tempo hábil no Congresso). É evidente que para conquista deste feito ela se aliou às instituições evangélicas, contudo, este número expressivo coletado apenas na região sul demonstra a sua força de atuação. Assim, como o próprio PCN - ER (Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso) explicita, “o Ensino Religioso no Brasil, ao longo da nossa história tem sido caracterizado pelo binômio: Ensino da Religião e concessão do Estado”. Mesmo um Estado que se admite Laico e constando na Lei Federal no Art. 5º - VI a garantia da inviolabilidade de consciência e de crença, o Ensino Religioso consegue se impor e conquistar espaço para novamente ser inserido nas escolas públicas como disciplina de oferta obrigatória na grade curricular da escola.

O Ensino Religioso entrou na escola pública justificado no Projeto Pedagógico como campo de conhecimento e de formação cultural. O documento afirma que seu caráter passa a ser necessariamente universal, uma vez que renega qualquer tipo de proselitismo, propondo o respeito a todos os tipos de religião sem discriminação ou privilégio de nenhuma delas. Porém, a observação do

---

<sup>1</sup> Plano de Gestão Escola – 2004 /2007 – Escola Estadual Profa. Djiliah Camargo de Souza – Rio Claro – SP. Pág.: 12.

cotidiano escolar nos apresenta cenas muito distintas. Percebemos o quanto o documento oficial revela sua total fragilidade para o enfrentamento das manhas culturais da comunidade na qual a escola os educadores se inserem. Entre as afirmações do documento e a realidade do processo educacional a distância ainda é maior do que o desejo do denominado “feito de plenitude”.

Entretanto, os caminhos legais que viabilizariam este percurso na escola geram controvérsias e equívocos. Encontramos no cotidiano escolar propostas e afirmações carregadas de antagonismo. A ação educacional se desenvolve na mais completa confusão entre o propósito da incômoda “sapequice” das crianças e da intolerável “rebeldia” dos adolescentes. Enfim, a escola e os educadores se encontram em total estado de desorientação.

Uma cena escolar ilustra a nossa reflexão. Ao bater o sinal para a entrada dos alunos, as crianças se posicionaram diante de um palco tendo à frente das filas suas respectivas professoras. Quando todas elas ficaram em silêncio, uma mulher, vestida com uma camiseta estampada “amigo da escola”, tomou uma determinada classe e a conduziu para o palco. A professora dessa classe se posicionou à frente das demais crianças e disse: *“Hoje o nosso momento de oração será diferente, pois as crianças que estão no palco cantarão uma música e nós meditaremos nessa música e faremos dela a nossa oração”*.

A professora se colocou de lado e tomou à frente a “amigo da escola”; um *play-back* foi colocado em um aparelho de som e as crianças começaram a cantar a seguinte canção:<sup>1</sup>

“Podes falar, Senhor/ estou ouvindo / Eu quero ser Teu amigo / Enquanto as pessoas não Te escutam/ Nem querem saber de ti/ Estou aqui/ Querendo Te ouvir/ Jesus, eu quero Te conhecer/ Jesus, contigo eu quero parecer/ Jesus, eu não mereço/ Mas sei que foi o Senhor que/ Quis ser meu amigo primeiro/ Eu quero ver, Senhor/ O Teu rosto/ E escutar Teu coração/ quero encostar minha cabeça/ No Teu peito e descansar/ Na intimidade desta canção”.<sup>2</sup>

As crianças cantavam, faziam gestos, levantavam as mãos ou as colocavam no coração como uma coreografia. Depois de terem cantado duas vezes, num momento específico da música onde se faz uma oração, as crianças que estavam no palco se ajoelharam, curvaram suas cabeças, fecharam os seus olhos e juntaram suas mãos. Nesse momento dentro da canção iniciou-se uma oração com as seguintes palavras:

“Senhor Jesus, não tenho pressa. /Eu quero estar contigo. Quero Te Adorar, quero ouvir a Tua voz. A nossa amizade para mim é mais importante do que qualquer outra coisa. /Me abraça, Senhor. Eu sei que Tu estás aqui bem pertinho de mim. / Eu Te amo e quero Te conhecer a cada dia mais. /Em Teu nome. Amém!”.

Observei as 400 crianças. Todas estavam em silêncio; algumas estavam emocionadas. Percebi emoção também em algumas professoras e principalmente na professora da classe das crianças que estavam no palco. Quando terminou a música as demais crianças aplaudiram as que estavam no palco; estas desceram, tomaram posição no lugar de composição das filas e em seguida cada classe foi-se retirando para suas salas de aula.

Como aquela cena nos impressionou procuramos nos informar sobre o acontecido. Ao conversar com a diretora, ela nos informou que antes do início dos períodos de aulas as crianças participavam do chamado momento de “Reflexão Diária”, o que consta no Plano de Gestão da escola.

Pedi-lhe o Plano de Gestão Escolar e prontamente me emprestou, todavia, constatei que na página 57 que se refere à Matriz Curricular – Ensino Fundamental 2004. No que diz respeito aos componentes curriculares e carga horária há a seguinte observação.: “Ensino Religioso – Parágrafo Único do Artigo 4º da Del. CCE 16/2001”. No entanto, não se faz nenhuma citação sobre os objetivos do Ensino Religioso no Ensino Fundamental nas páginas onde se elenca os objetivos gerais de cada disciplina oferecida pela escola. Nos objetivos gerais do Ensino Fundamental são estabelecidas as orientações e finalidades para as disciplinas de Língua Portuguesa; Matemática; Ciências; Geografia; História; Educação Artística e finaliza com a Educação Física porém não há nenhuma referência sobre o Ensino Religioso.

Na página 101 do Plano de Gestão Escolar em que há uma relação das ações e procedimentos que evidenciam o atendimento aos itens correspondentes na letra C no número 1 aponta como uma das

---

<sup>2</sup> Extraído do CD – Crianças Diante do Trono nº1 – música nº. 7.

ações a “Reflexão Diária” com os alunos – (as) entrada para as aulas (mensagem do dia e oração). Todavia o item não determina quais são os objetivos pretendidos pela a escola.

Ao entrevistar a coordenadora pedagógica sobre o ensino religioso dentro da escola, ela foi enfática ao afirmar que não existia na grade curricular da escola tal disciplina e acrescentou:

“O que nós temos é um momento de aconchego todos os dias que leva por volta de cinco a dez minutos em que um professor recebe as crianças e conversa com as crianças. Nós adotamos o Pai Nosso por ser uma oração universal e por nós termos, toda a nossa clientela cristã, até agora não tivemos nenhum mulçumano, nenhum judeu, nenhum pai reclamou dessa oração, é feita essa oração com o grupo. Ele não entra como Ensino Religioso pra gente, ele entra dentro do nosso projeto de Ética e Cidadania. Então como vai acontecer: todos os dias uma professora se apresenta conversa com as crianças, ou uma classe prepara uma música, prepara uma mensagem que é uma mensagem de acolhida. As crianças chegam é apresentado isso para as crianças e se reza o Pai Nosso, se ora o Pai Nosso ta? Ela não tem um cunho quanto à determinada religião, não se discute valores religiosos, se discute o respeito, se discute a solidariedade que está embutida nas religiões”.

O ensino religioso nas escolas públicas, conforme a perspectiva dos educadores da escola, oferece o conhecimento da religião do outro para compreender os pontos comuns étnicos e de convivência em grupos nas mais diferentes culturas, preparando-o para compreender o outro em sua diversidade.

Todavia ao fazer a oração do Pai Nosso já se identifica a oração como sendo de cunho cristão o que demonstra a prática religiosa dentro da escola, mas que se apresenta com outro nome; “Projeto de Ética e Cidadania”. No entanto, para se cumprir os objetivos propostos pelo Ensino Religioso na Escola Pública a LDB nº. 9394/96 art.33 apenas estabelece que o Ensino Religioso deve ser de matrícula facultativa, se constituindo disciplina dos horários normais das escolas públicas, sendo oferecido sem ônus para os cofres públicos de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, e determina qual o caráter a ser seguido pelas escolas.

A lei não define um material específico a ser usado e estabelece que as aulas serão ministradas por professores ou orientadores “preparados e credenciados por suas respectivas igrejas ou entidades religiosas”. Nessa lei a escola em questão se embasou; (mesmo ressaltando que não é ministrado ensino religioso dentro da escola), todavia, sem o conhecimento elementar de que a redação da lei foi alterada sob regime de urgência constitucional sendo sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso em 22 de julho de 1997, a nova lei foi publicada no Diário Oficial (cf. nº139, Seção 1, 4ª feira, Brasília, 23 de julho de 1997).

Se a escola desconhece a própria lei como poderá ela ser imparcial ou ministrar o ensino religioso segundo o que é determinado pela lei? Devido a essa questão muitas escolas têm oferecido o Ensino Religioso; porém de uma forma espontânea, dando-lhe outros nomes como, por exemplo, “Projeto de Ética e Cidadania”, todavia, a escola não pode ser condenada por isto, pois os dispositivos legais pré-dispõem a escola nesta direção.

O corpus desta pesquisa se constitui dos dados coletados na escola por meio da observação empírica, dos depoimentos de educadores e pais, dos documentos oficiais elaborados pelos educadores. Definimos a nossa metodologia em suas três dimensões. A primeira, que consiste na definição dos recursos e procedimentos, se constitui dos depoimentos e das observações colhidas no cotidiano escolar. Na segunda dimensão da metodologia, que consiste em uma teoria do objeto, definimos como uma relação do indivíduo com o mistério ou o “sem sentido” presente na existência humana. Assim, o ensino religioso seria uma tentativa de desenvolvimento da habilidade de se relacionar com o “sem sentido” em todas as esferas da experiência humana. A terceira, que explicita uma teoria geral do conhecimento, compreende a construção de significados em um movimento dinâmico entre o sujeito e o objeto da pesquisa. Com esta compreensão, o sujeito e o objeto se constituem mutuamente, no percurso da pesquisa. Podemos dizer que neste nosso trabalho fizemos um esforço por “cartografar” o movimento de sentidos no interior do discurso de educadores e pais ao abordarem o tema do “ensino religioso”. Também assumimos o ofício de cartógrafo para desenharmos as paisagens psicosociais que se delineavam nas práticas observadas no cotidiano escolar.

Nosso enfoque teórico se propõe a dialogar com Henri Bergson em “As duas fontes da Moral e da Religião”, pois este, ao articular a Moral e a Religião e ao situar o debate no âmbito da Modernidade, nos auxilia a interpretar este movimento tão confuso e complexo vivido pela escola ao tratar com o tema em pauta. Bergson nos apresenta dois tipos de moral e dois tipos de religião, uma moral está intrinsecamente conectada a uma religião. A primeira moral é a *Moral Fechada*: ela é impessoal, visa à conservação dos costumes sociais, faz coincidir o individual com o social, consiste numa pressão exercida pela sociedade. As ações humanas são modeladas pela necessidade da regra que lhes são impostas. São levadas a cabo de modo automático e instintivo. Isto se fundamenta na “essência da obrigação”, pois não é um dever racional, mas sim uma pressão social que emana das regras estabelecidas e reforçadas pelo hábito, é uma forma de obrigação natural ante as normas sociais.

“A orientação moral assim estabelecida reveste-se então de forma de um constrangimento, respeitado e seguido por força da realidade pessoal do homem que assume vários rostos e predisposições, nomeadamente, o de conformação a um grupo de pertença” (BERGSON, 2004:12).

A conformação é condição imprescindível para a sobrevivência ao mesmo tempo do indivíduo e do grupo social. Esta moral conecta-se ao que ele irá chamar de Religião Estática. Ela consiste numa reação defensiva da natureza contra os efeitos da atividade da inteligência, que ameaçam oprimir o indivíduo ou dissolver a sociedade. A religião estática prende o homem à vida e o indivíduo à sociedade mediante fábulas que se assemelham às “canções de berço”.

“Tudo o que é habitual, aos membros do grupo, tudo o que a sociedade espera dos indivíduos, deverá pois tomar um caráter religioso, se é verdade que pela observância do costume, e só por ela, o homem se prende aos outros homens e se desprende assim de si mesmo... Na origem, o costume é toda a moral; e como a religião proíbe que nos afastemos dela, a moral é coextensiva a religião” (BERGSON, 2004:111).

A segunda moral, segundo Bergson é a Moral Aberta. Esta não é uma moral social. Não consiste em uma pressão, mas sim, num apelo. Não é fixa, mas essencialmente progressista e criadora. É aberta no sentido de que abarca a vida inteira no amor, proporciona até o sentimento da liberdade e coincide com o próprio princípio da vida. Ela é capaz de transformar a inteligência e mover a vontade.

“Essa experiência individual, que tem a força necessária para promover a obrigação sem pressão, é a da alma aberta dos santos, dos heróis, dos místicos, ou seja, é a experiência daqueles que, criando as suas próprias possibilidades, tornam a humanidade mais autêntica” (BERGSON, 2004:13).

Segundo Bergson, a moral aberta se difere da moral fechada na medida em que é humana, em vez de ser apenas social. É na moral fechada que nos remetemos quando nos sentimos “naturalmente obrigados”. É a representação de uma sociedade que visa apenas conservar-se. Como um redemoinho, arrasta os indivíduos consigo, por intermédio dos hábitos e da imobilidade do instinto. Na contramão está a moral aberta. É moral de aspiração, de entusiasmo que se confunde com a própria emoção, no entanto, não é uma moral de sentimento, “*porque se trata de uma emoção capaz de se cristalizar em representações e até mesmo em doutrina*”. Assim a Moral Aberta está intrinsecamente ligada à Religião Dinâmica, pois neste sentido, a religião dinâmica, o misticismo, é algo inteiramente diferente. Resulta de um retorno na direção donde Bergson denomina o *élan vital* (o que poderíamos entender como um impulso vital), que nasce da pressentida captação do inacessível a que a vida aspira. Para Bergson, o homem é capaz de superar o domínio da inteligência e de guardar o impulso criador, superando o nível estático da moral e da religião até transcender plenamente o *élan vital*, o impulso vital, que, definitivamente, é de Deus, se não é o próprio Deus.

“Assim se rasga na história da humanidade a possibilidade de uma religião nova cuja verdade se sabe apenas no seu exercício, que não se esgota na letra porque habita o espírito, que não se fixa numa forma mas se deixa literalmente inspirar pelo elemento do amor. A esta religião devemos atribuir o adjetivo dinâmica, para a distinguir da religião estática que, ainda assim, não é substituída mas atravessada pelo poder de irradiar que procura aqueles que (predispostos à universalidade) o desejam já encontrar” (BERGSON, 2004:17).